

[Psicologia para América Latina](#)

versão On-line ISSN 1870-350X

Psicol. Am. Lat. n.10 México jul. 2007

PERCEPCIÓN Y VÍNCULO CON EL LUGAR





Percepção de risco no contexto da seca: um estudo exploratório

Angela E. L. Coêlho¹

Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, Campo Grande, MS Brasil

Serviços Personalizados

artigo

-  Artigo em XML
-  Referências do artigo
-  Como citar este artigo
-  Tradução automática

Indicadores

-  Acessos

Compartilhar

Mais 

Mais

-  Permalink

RESUMO

O significado de um desastre para os sobreviventes determina não só como a situação é vivenciada, mas também como a recuperação ocorre. Experiências repetidas com um mesmo evento podem gerar uma sub-cultura do desastre que mitigaria os efeitos do estresse. Este estudo analisou as percepções de risco dos residentes de duas cidades no nordeste brasileiro. Os resultados revelaram que os participantes da região sem seca apresentaram níveis de percepção de risco mais altos do que os participantes da região da seca. Esta diferença pode ser explicada pela alta percepção de risco das pessoas que residem em Areia (experiência desconhecida) ou pela baixa percepção de risco dos residentes de Queimadas (experiência conhecida). Estes resultados mostram a importância de se considerar a percepção de risco do sobrevivente como uma variável de pesquisa. Também é importante avaliar o desenvolvimento da sub-cultura do desastre, a qual pode alterar o significado do evento e a resposta a este.

Palavras-chave: Desastre, Percepção de Risco, Seca.

RESUMEN

El significado de un desastre para los sobrevivientes se determina no solamente mientras que se vive la situación profundamente, pero también como ocurre la recuperación. Las experiencias repetidas con un acontecimiento pueden generar exactamente un subcultura del desastre que atenúa el efecto del estresse él. Este estudio analizaba las opiniones del riesgo de los residentes de dos ciudades en el noreste brasileño. Los resultados habían divulgado que los participantes de la región sin sequía habían presentado niveles más altos de el que los participantes de la región de la sequía. Esta diferencia se puede explicar por la alta opinión del riesgo de la gente que habita en Areia (experiencia desconocida) o para el punto bajo la opinión del riesgo de los residentes en Queimadas (experiencia sabida). Estos resultados demuestran la importancia de si consideran la opinión del riesgo del sobreviviente como variable de investigación. También es importante evaluar el desarrollo del subcultura del desastre, que puede modificar el significado del acontecimiento y la contestación a esto.

Palabras claves: Desastre, Opiniones del Riesgo, Sequía.

ABSTRACT

The meaning of a disaster for the survivors not only determines as the situation is lived, but also as the recovery will occur. Repeated experiences with the same event can generate a disaster subculture that mitigates the effect of stress. This study analyzed the risk perceptions of residents from two cities in the Brazilian Northeast. The results showed that the participants from the region without drought presented higher levels of risk perception than the participants from the region with drought. This difference can be explained by the high risk perception of the persons who inhabit Areia (unknown experience) or by the low risk perception of the residents from Queimadas (known experience). These results showed the importance of considering the survivor's risk perception as a research variable. It is also important to evaluate the development of the disaster subculture, which can modify the meaning of the event and the response to it.

Keywords: Disaster, Risk Perception, Drought.

Introdução

O significado de todo evento é uma interação complexa entre o evento, o passado e o presente da pessoa bem como o seu contexto social (Ursano, Kao & Fullerton, 1992). O significado do evento para os sobreviventes determina não somente como a situação é vivenciada inicialmente, mas também a maneira em que a recuperação ocorre e a vida será restabelecida. Conseqüentemente, o significado do contexto não está somente no contexto em si, nem nas pessoas, mas também na interação entre as pessoas e o evento (Appley & Trumbull, 1986; Silva, 1993).

De acordo com Appley e Trumbull (1986, p. 313), o contexto em que um evento ocorre é "definido apenas em parte pelo tempo real e pelo espaço geográfico." Embora essa informação ajude a determinar as características de um determinado evento ou processo, o significado do evento origina-se, na maior parte, dos aspectos mais indiretos do ambiente em que o evento ocorre. Lazarus (1966) indicou a importância de se usar a percepção de risco dos sobreviventes como uma variável na pesquisa do estresse, e demonstrou o aumento da possibilidade de prever a ocorrência de problemas psicológicos usando medidas de percepção de risco.

Algumas Considerações sobre a Avaliação Cognitiva

Embora determinados ambientes produzam estresse em algumas pessoas, diferenças individuais e grupais sempre existiram. As pessoas e os grupos diferem em sua sensibilidade e vulnerabilidade para determinados tipos de eventos, bem como em suas interpretações e reações a eles. Para uma melhor compreensão das variações entre pessoas em situações similares, tanto os processos cognitivos que mediam o evento e a reação, quanto os fatores que afetam esta mediação devem ser considerados (Lazarus & Folkman, 1984). Além disso, devemos considerar que o processo da avaliação cognitiva é essencial à nossa sobrevivência, porque nós necessitamos distinguir entre as situações que são seguras e aquelas que são perigosas.

A avaliação cognitiva pode ser compreendida como um processo de categorização de um evento, cujos vários aspectos estão relacionados ao bem estar das pessoas. Lazarus e Folkman (1984) discutem que essa categorização reflete uma relação original e de transformação que ocorre entre os valores e as crenças da pessoa e o ambiente, cujas características necessitam ser interpretadas.

De acordo com o modelo teórico em discussão, há dois níveis de avaliação cognitiva: primário e secundário. A avaliação primária envolve a avaliação do evento, levando em consideração se a pessoa está correndo risco agora ou no futuro, e de que forma. A avaliação secundária é a avaliação do que pode ser feito para enfrentar o evento. Há três tipos de avaliação preliminar: (1) irrelevante; (2) benigna - positiva, e (3) estressante. A avaliação primária irrelevante ocorre quando a interação da pessoa com o ambiente não contém implicações negativas para o seu bem-estar. No caso da avaliação benigna, a interação é considerada positiva e benéfica para o bem-estar da pessoa.

A avaliação primária estressante está subdividida em três categorias. A primeira categoria envolve os danos e as perdas. Nesse caso, os danos a pessoa já ocorreram, sejam eles em termos físicos ou psicológicos. Na segunda categoria, existe uma ameaça de danos que não aconteceram ainda, mas está sendo antecipada. A avaliação cognitiva da ameaça é diferente daquela da perda no que diz respeito à possibilidade de articular antecipadamente estratégias de enfrentamento. Quando as pessoas podem antecipar as perdas futuras, elas podem planejar e resolver algumas das dificuldades que serão encontradas. A terceira categoria está relacionada à avaliação do estresse e do desafio a ser enfrentado, e é semelhante àquela da ameaça porque também necessita da mobilização de estratégias para lidar com a situação. Entretanto, a diferença principal é que o foco da avaliação do desafio está no ganho e no crescimento, enquanto que a da ameaça é caracterizado por emoções negativas.

Na avaliação cognitiva secundária, a ênfase é nas necessidades da pessoa em saber como controlar a situação, e se algo pode ser feito para alterar o resultado. Esta estratégia de avaliação é crucial uma vez que os resultados do evento podem depender das ações realizadas pela pessoa (Lazarus & Folkman, 1984).

Lazarus e Folkman (1984) enfatizam diversos fatores pessoais que têm relevância particular na avaliação cognitiva. Os fatores pessoais relevantes ao evento, e os fatores ambientais que têm o potencial de criar o risco serão enfatizados na discussão atual. Os fatores individuais e ambientais devem ser considerados e analisados juntos, ou perderão o seu poder de previsão da avaliação cognitiva, uma vez que os processos individuais e ambientais interagem para determinar o relacionamento entre ambos. Muitos dos fatores pessoais e ambientais têm o potencial contribuir ao aumento da percepção do risco ou diminuí-la.

Com relação aos fatores pessoais que são determinantes importantes da avaliação, nós podemos mencionar como um exemplo, as crenças, que influenciam a avaliação em diversas maneiras. Primeiramente, determinando o que é importante para a pessoa; em segundo, dando forma à sua compreensão sobre o evento, e conseqüentemente as suas emoções e as estratégias de enfrentamento; e em terceiro, fornecendo a base para a avaliação dos resultados.

Embora muitas crenças sejam importantes para a avaliação, as crenças a respeito do controle pessoal e o sentido da existência são particularmente importante para a teoria do estresse. A maioria dos estudos sugere que a avaliação de determinado resultado como controlável minimizaria o estresse. No entanto, as crenças não são suficientes para a avaliação. Elas estão articuladas a outros fatores ambientais que iram determinar a extensão da perda/ganho, ameaça, ou desafia que será vivenciado.

Dessa forma, uma compreensão dos eventos que põem em risco a vida das pessoas, ajudaria na análise da percepção de risco e na elaboração de estratégias de mitigação de desastres.

Considerações sobre os Desastres

A distribuição geográfica dos desastres entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento merece consideração especial. Berz (1989) relata que dos 109 piores desastres naturais que ocorreram entre 1960 e 1987, 41 desastres aconteceram nos países em desenvolvimento. Entretanto, quando o número de mortos é considerado, nos países em desenvolvimento este número chega a 750.850 mortos, em contraste com os 11.410 nos países desenvolvidos.

Os desastres naturais têm feito parte da história da humanidade. Sua ocorrência mudou pouco nos últimos 100 anos, mas o que mudou realmente é a capacidade das sociedades em lidar com tais eventos (Aptekar, 1994). Entretanto, no mundo moderno, há um paradoxo entre o desenvolvimento tecnológico nas ciências, que contribui para uma vida mais segura e mais saudável, e a incidência de extremos da natureza (por exemplo, terremotos, secas). O paradoxo torna-se mais complicado porque a aplicação dos avanços tecnológicos tem também alguns componentes de risco que são resultados da execução inadequada e/ou falhas das novas tecnologias. Atualmente, as comunidades estão em risco não somente por causa dos eventos geofísicos, mas também por causa das explosões industriais, da liberação de substâncias tóxicas e dos acidentes no transporte de produtos químicos (Smith, 1992).

Os desastres são fenômenos complexos e multidimensionais que causam morte, sofrimento e perdas econômicas (Weisaeth, 1993). Korver (1987) encontrou mais de 40 definições científicas dos desastres, refletindo a variedade das disciplinas que os analisam, entre elas Psicologia, Medicina, Sociologia, Ciências Políticas, Engenharia e Economia. A maioria das definições enfatiza a destruição severa que excede a capacidade da comunidade afetada recuperar-se (Weisaeth, 1993, World Health Organization - WHO, 1992). Os desastres, suas causas e suas conseqüências estão também relacionados aos processos e às estruturas sociais (Tierney, 1989). O grau de desorganização social que ocorre depois dos desastres está intrinsecamente relacionado às estratégias pré-desastre da comunidade. Em países desenvolvidos, os sistemas para a detecção primária do evento, bem como as estratégias de gerenciamento pré e pós-desastre têm reduzido consideravelmente os danos físicos, e aumentado às chances que os sobreviventes terão de se recuperar e reconstruir suas comunidades (Kroll-Smith & Couch, 1993).

O comportamento humano e os processos sociais afetam e são afetados por todos os estágios dos desastres, desde o período pré-desastre ao impacto e aos estágios da recuperação (Kreps, 1984; Tierney, 1989). Conseqüentemente, a capacidade do ajuste e os recursos psicológicos, sociais e físicos da comunidade são elementos essenciais para definir quando um evento destrutivo poderá conduzir aos desastres. Por exemplo, os terremotos de magnitudes similares não são igualmente destrutivos em todas as partes do mundo. Algumas sociedades desenvolveram tecnologias para diminuir os efeitos dos terremotos, como a construção de edifícios mais resistentes e o desenvolvimento de planos de emergência mais eficazes (Tierney, 1989).

Algumas definições limitam os desastres aos eventos que são concentrados no tempo e no espaço, ou que acontecem repentinamente, sem aviso, e de maneira incontroleável (Berren, Santiago, Beigel & Timmons, 1989). Já as agências internacionais definem o desastre como "uma severa ruptura ecológica e psicológica, que excede a capacidade de enfrentamento da comunidade afetada" (WHO, 1992, p.2). Quando comparados com as definições apresentadas, os eventos como a seca, a fome, os acidentes nucleares e químicos, os conflitos sociais e as epidemias seriam classificados como desastres pela definição da WHO, mas não pelas anteriores. Embora os eventos tivessem conseqüências desastrosas em longo prazo, não seriam considerados desastres pelas primeiras duas definições porque não acontecem abruptamente, nem limitados no tempo e no espaço. As implicações econômicas, emocionais e políticas podem estar atreladas a definição dos desastres. Em alguns

casos, a negação da severidade de um terremoto, de um ciclone ou da seca, afeta não somente a ajuda humanitária internacional, mas também compromete a possibilidade de ajuda local (Quarantelli, 1986).

Weisaeth (1993) indica as características que ajudam a definir as conseqüências do desastre. Primeiramente, considerando um evento como um desastre, pode alterar, entre outros fatores, a quantidade de ajuda oferecida. Se um evento for classificado como um desastre, chamará provavelmente mais atenção das agências de ajuda para emergências. Em segundo, o conceito de desastre tem valores políticos e emocionais, que podem influenciar os sobreviventes e o público em general. E, em terceiro lugar, a extensão de um desastre, em contraste com outros eventos graves e traumáticos (por exemplo, um acidente de carro com vítimas fatais), cria uma demanda, que poderá levar a exaustão dos recursos da comunidade.

Muitas mudanças sociais, econômicas e culturais influenciaram as estratégias de prevenção e de mitigação dos desastres nos últimos 20 anos (Alexander, 1997). Essas mudanças foram influenciadas pela abordagem de que os riscos são interfaces entre os processos naturais do ambiente e as populações que vivem nesses lugares (Smith, 1992). Hewitt (1997) oferece uma perspectiva humana ecológica dos desastres, com ênfase na distribuição das vulnerabilidades humanas, de condições de intervenção e de respostas ao evento. O autor sugere que em vez de ser uma exceção, os desastres ocorrem em situações normais da vida diária. O que é essencial à avaliação, é considerar as vulnerabilidades das pessoas e o risco com o qual elas têm que lidar como parte de sua vida diária, em vez de apenas enfatizar, o agente físico, que causou o desastre. Alexander (1997) sugere que o risco e a vulnerabilidade são as duas faces de uma mesma moeda. O risco pode ser considerado o produto do perigo (evento físico e seu impacto) em conjunto com a vulnerabilidade (susceptibilidade ao perigo ou à perda).

Percepção de Risco no Contexto dos Desastres

Dake (1992) afirma que a maioria dos estudos sobre a percepção e a comunicação dos riscos enfatiza primeiramente os danos que podem acontecer. A maioria deles ignora o contexto cultural em que tais riscos são elaborados e discutidos, e o ambiente no qual o risco e a percepção do risco ocorrem. O autor revela que quando as pessoas percebem o risco e se preocupam com ele, é a cultura que fornecerá o sentido social construído sobre a natureza do evento. Os sistemas de crenças são construídos e internalizados pelas pessoas, dessa forma, passando a fazer parte integral de sua visão de mundo e irá influenciar a interpretação dos eventos que irão ocorrer.

Geralmente, os modelos usados para estudar as conseqüências para a saúde mental depois que os desastres ocorrem estão baseados nos modelos interacionais de Endler (1975) e Lazarus (1966). A percepção de risco foi identificada nesses modelos como uma variável importante que relaciona as circunstâncias da situação dos desastres com as respostas psicológicas a curto e a longo prazo (Kates, 1977). Lazarus (1966) tem enfatizado a avaliação cognitiva da situação estressante como um importante fator determinante das reações do estresse e da ansiedade. Endler (1975) afirma também a importância da percepção de risco como um mediador das reações de estresse no seu modelo interacional pessoa-situação de ansiedade. Spielberg (1972) incluiu a percepção como uma importante variável em seu modelo de estado-traço de ansiedade. O autor definiu o estresse como a relação entre a pessoa e o ambiente, na qual os estressores estão relacionados às reações de ansiedade devido à percepção de risco (Spielberg, 1972, p. 47).

Lewis (1990) afirma que o que nós fazemos para diminuir o risco depende do que nós pensamos que é ameaçador, e se nós pensamos que o risco pode ser reduzido. Devido a este fato, algumas perguntas podem ser feitas: Como as pessoas reconhecem o risco? Qual o critério adotado para determinar se o risco é aceitável? Por que nós temos receio com relação a determinados eventos e ignoramos outros?

Smith (1992) relata que na população geral, o termo "risco" é usado como um sinônimo para perigo. Mas risco, definido tecnicamente, tem a implicação adicional de que há uma possibilidade de que um perigo real pode acontecer. O perigo é definido como "... uma ameaça potencial para seres humanos e seu bem estar..." e risco como "... a probabilidade da ocorrência do perigo" (Smith, 1992, p. 6). Desta maneira, para o autor, os desastres podem ser vistos como "a ocorrência de um perigo." O termo administração dos riscos significa identificar as vulnerabilidades que colocam em perigo as pessoas e tentar reduzi-las, minimizando conseqüentemente as ameaças à vida, à propriedade e ao ambiente, e ao mesmo tempo, maximizar as oportunidades para o crescimento.

A avaliação do risco não pode estar dissociada dos valores e dos julgamentos, que são condicionados por sua vez pelas crenças e pelas circunstâncias individuais. Muitas pessoas tomam decisões e agem em relação aos perigos que enfrentam baseadas em sua visão pessoal do risco, em vez de usar uma medida objetiva do perigo. Conseqüentemente, as percepções de risco devem também ser consideradas como um componente importante para o planejamento de estratégia para a administração de risco, juntamente com medidas objetivas de avaliação desses processos. Geralmente, há uma distinção entre os perigos reais e os percebidos, principalmente porque as pessoas percebem os riscos diferentemente das predições feitas baseadas nos modelos de avaliação objetiva. A resolução do conflito entre os resultados das análises técnicas dos perigos e as percepções subjetivas de risco deve ser um fator predominante a ser analisado para a elaboração das estratégias de administração de risco (Smith, 1992).

A percepção do perigo está relacionada aos desastres e é influenciada por um grupo dos fatores inter-relacionados que incluem experiências passadas, atitudes atuais em relação ao evento, personalidade e valores, juntos com as expectativas futuras. Um fator importante é a experiência passada com o evento. Os desastres, os quais as pessoas não estão familiarizadas, têm o potencial de causar comprometimento psicológico maior. A experiência prévia com o evento, em nível individual ou coletivo pode criar as sub-culturas dos desastres que ajudam mitigar os efeitos do estresse relacionados ao desastre (Bolin, 1989; Mileti, Drabek, & Haas, 1975; Norris & Murrell, 1988). As sub-culturas dos desastres "... incluem ajustamentos reais ou potenciais, social, psicológico e/ou físico que são usados por residentes destas áreas em um esforço para lidar com os desastres que aconteceram ou que a tradição indica que poderão acontecer no futuro" (Moore, 1964, p.195). Hannigan e Kueneman (1978) elaboraram este conceito e incluíram elementos culturais tais como as normas, os valores e as crenças, que influenciarão uma sub-cultura de um desastre específico.

Diversos estudos foram realizados no campo da percepção de risco e do desastre. Meltsner (1978) relatou que a experiência direta com eventos similares é, provavelmente, o incentivo mais importante para a adoção de medidas de mitigação. Após o terremoto de 1971, que afetou San Francisco, na Califórnia, muitas medidas foram adotadas para mitigar os terremotos futuros. Um estudo revelou que 46% da população em San Fernando e Sylmar (perto de San Francisco) tomaram precauções para minimizar os futuros abalos sísmicos. Essa porcentagem foi reduzida a 24% para o resto do Vale de San Fernando e a 11% para a área de Los Angeles, que é um pouco mais distante da área onde o terremoto havia acontecido anteriormente.

Lindell e Perry (1990) realizaram um estudo sobre a percepção de riscos de acidente nuclear com os residentes do estado de Washington, nos Estados Unidos, cinco meses antes do acidente de Chernobyl em 1989 e um mês após este acidente. Os resultados mostraram que a magnitude do acidente de Chernobyl reduziu a percepção de risco em nível local. Os participantes da pesquisa disseram que os acidentes locais teriam uma probabilidade menor de acontecer devido ao acidente em Chernobyl.

Em outro estudo sobre percepção de risco, Perry, Lindell e Greene (1982) analisaram a percepção de risco relacionada ao vulcão na Montanha Santa Helena, no estado de Washington, que estava inativo por 123 anos, quando teve uma erupção em março de 1980. Os moradores de sete comunidades situadas próximas à montanha foram entrevistados em relação a sua estimativa de seu risco pessoal, as fontes e a frequência da informação recebida e o nível de confiança da população em relação à adequação da informação recebida. Os resultados indicaram que uma intensa disseminação da informação sobre as atividades do vulcão durante um curto período de risco iminente sensibilizou a população com relação ao evento. A alta percepção de risco estava associada com a alta frequência em relação à informação recebida.

Smith (1992) considera alguns fatores que podem aumentar ou reduzir a percepção do perigo pelo público. Os perigos são considerados mais seriamente quando têm o potencial para colocar em risco à vida das pessoas e este risco é imediato. Os eventos são considerados menos perigosos, quando a mortalidade é distribuída em uma área geográfica, e o risco a vida é indireto (por exemplo, as mortes que acontecem por desnutrição devido à seca). Isso significa que uma enchente seria considerada muito mais séria do que uma seca.

A identificação das vítimas e dos sobreviventes de um evento é muito importante para a percepção do risco, tendo em mente que esse fato não se restringe somente à esfera individual. Esta percepção será amplificada se houver crianças envolvidas ou se as vítimas pertencerem a um grupo específico. O nível de conhecimento é outro fator importante, particularmente quando este está relacionado ao nível de credibilidade das fontes de informação sobre o risco. Esse fator é crucial, especialmente, quando ocorrem os riscos tecnológicos complexos. Outra situação que agravaria o contexto seria se juntamente com a falta do conhecimento científico, as pessoas não acreditarem na informação fornecida pelos técnicos (Smith, 1992).

Smith (1992) relata que alguns analistas de risco consideram que as percepções de risco dos leigos não são válidas porque estão baseadas em influências emocionais e subjetivas. Entretanto, para o leigo, as percepções são as únicas abordagens importantes porque elas incorporam as análises técnicas com os julgamentos individuais baseados na experiência, no contexto social e em outros fatores. A dificuldade na elaboração do planejamento de estratégia para administração de risco começa quando os analistas técnicos consideram que suas conclusões devem ser aceitas, sem questionamentos, somente porque são baseadas em dados objetivos. Caso os leigos rejeitem essas conclusões, os analistas entenderão tal fato como sendo simplesmente uma negação do perigo existente. Essa interpretação por parte dos técnicos pode ser errônea, se eles não levarem em consideração os fatores individuais emocionais, sociais e econômicos, que estão envolvidos no contexto do perigo. Há claramente a necessidade de uma comunicação melhor sobre riscos entre os analistas e o público, considerando especialmente as diversas interpretações dos riscos, e seus componentes emocionais e sociais.

Um Estudo Exploratório: A Questão da Seca na Paraíba

Este estudo é parte de um projeto de pesquisa mais amplo sobre as respostas psicológicas à seca. A natureza da pesquisa foi exploratória tendo em vista que ela abordou um evento pouco estudado, que é classificado como de ocorrência gradual, segundo a classificação dos desastres. As enchentes são os eventos naturais mais comuns no mundo, no entanto, um número muito maior de pessoas sofrem as consequências das secas. Foi estimado que na década de 1970, em média, aproximadamente 25 milhões de pessoas mundialmente foram afetadas negativamente pela seca (Smith, 1992).

Smith (1992) refere-se à seca como um perigo assustador, porque ela evolui lentamente, insidiosamente, algumas vezes durante meses, e tem longa duração. Diferente de outros eventos, as secas não estão restritas a certas áreas topográficas e suas conseqüências podem envolver centenas de quilômetros quadrados. Para o autor, nos países desenvolvidos ninguém morre por causa da seca. No entanto, em muitos países em desenvolvimento, os efeitos desastrosos da seca, juntamente com uma situação de escassez alimentar poderão levar a morte por fome.

A seca é comum em regiões do nordeste do Brasil (Hastenrath & Heller, 1977; Smith, 1992), onde este trabalho foi realizado. A região susceptível a seca geralmente é descrita como sendo partes dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, e Sergipe, aproximadamente um décimo do estado do Piauí e uma parte do estado da Bahia.

Esta pesquisa foi realizada em dois municípios, Queimadas (região de seca) e Areia (região sem seca), no estado da Paraíba, Brasil. A topografia deste estado faz com que existam regiões que são seriamente afetadas pela seca enquanto outras recebem chuvas anuais regulares. Para garantir que todos os participantes estariam sob o mesmo nível de pressão e demandas econômicas, garantindo a consistência das amostras entre homens e mulheres, somente os chefes de famílias casados foram entrevistados. Participaram da pesquisa 51 homens e 51 mulheres em cada cidade, perfazendo um total geral de 204 participantes nas duas cidades. Os homens e as mulheres que participaram da pesquisa moravam em residências distintas, não eram casais de uma mesma residência.

Os questionários foram administrados oralmente na residência dos participantes. Foi necessária a administração oral para garantir a consistência do procedimento, tendo em vista que alguns dos participantes não eram alfabetizados. Foi explicado para os participantes que o estudo era completamente voluntário e que suas respostas seriam anônimas e mantidas confidenciais. Foram usadas medidas para avaliarem as respostas psicológicas dos participantes, cujos resultados estão publicados em outro artigo (Coêlho, Adair & Mocellin, 2004), bem como um questionário sobre a percepção de risco.

O questionário sobre a percepção de risco era constituído de seis questões relacionadas às opiniões dos participantes sobre a seca e o seu impacto na sua vida diária. Quatro questões foram elaboradas na escala Likert. As outras duas questões foram abertas: Quem é responsável pela seca? E, Você acha que a seca vai acabar logo?

Uma variável composta geral foi criada com a média dos quatro itens do questionário. Os valores foram codificados na ordem inversa dos valores originais do questionário de forma que um valor maior indicaria uma maior percepção de risco, com os valores totais variando de quatro a 16. O coeficiente de fidedignidade para esta escala foi de .91. Análises de Variância (ANOVAs) foram realizadas para avaliar as diferenças da percepção de risco de acordo com as cidades e as variáveis demográficas. O único resultado significativo foi para cidade. Contrário as expectativas, os participantes residentes em Areia (sem seca) ($M = 13.20$, $SD = 3.340$) relataram níveis significativamente mais altos de percepção de risco do que os participantes residentes em Queimadas (seca) ($M = 9.54$, $SD = 3.93$), $F(1, 202) = 51.26$, $p < .01$.

A fim de explorar as relações entre a percepção de risco e as medidas psicológicas, foram computados os coeficientes de correlação Produto-Momento de Pearson. Para as mulheres na área da seca, houve uma tendência a correlação positiva entre a percepção de risco e cada uma das medidas psicológicas, implicando que quanto maior o nível de percepção de risco maior os níveis de ansiedade e distresse emocional. Entretanto, para os homens esta relação não foi encontrada em Queimadas. Na área sem seca, a tendência para relações positivas entre percepção de risco e respostas psicológicas estava presente, mas só para homens.

Contrariando as expectativas de que as pessoas que morassem na área da seca teriam um maior medo da sua ocorrência devido às conseqüências negativas, os resultados deste estudo revelaram o oposto: os participantes na área da seca tinham níveis de percepção de risco significativamente menores do que os participantes na área sem seca. Esta diferença inesperada pode ser explicada por uma combinação de percepção de risco aumentada pelas pessoas que moram em Areia e pela percepção de risco diminuída das pessoas da região com seca. Em qualquer um dos casos, o perigo tem diferentes significados, dependendo de onde você mora.

Uma explicação plausível para a diminuição da percepção de risco dos residentes de Queimadas foi que a sua adaptação a esse estresse recorrente sugere algo similar aos processos encontrados no que tem sido chamado de sub-cultura do desastre. Essa idéia da sub-cultura do desastre inclui mecanismos reais ou potenciais em níveis psicológicos, sociais, e físicos que são empregados pelos residentes de áreas atingidas por eventos recorrentes. As comunidades, e presumivelmente as pessoas, aprendem com a experiência, incorporando nos seus repertórios as lições que aprenderam em eventos prévios.

As comunidades com historia de desastres recorrentes estão tipicamente melhores capacitadas para responder ao próximo evento. A crescente familiaridade com o evento recorrente e suas conseqüências, gradualmente muda em nível conceitual o significado do evento para as comunidades que por sua vez influencia a avaliação do perigo pelo grupo. Embora medidas diretas da sub-cultura do desastre não tenham sido usadas nesta pesquisa, Queimadas tem todas as condições que poderiam contribuir para o seu surgimento, tendo em vista que a seca é um evento repetitivo, e que se estabelece vagarosamente. Com o evento recorrente, o perigo é normalizado e, colocado em um contexto que o torna compreensível, dessa forma pode ser considerado menos ameaçador do que os eventos que são desconhecidos para a comunidade. Alternativamente, as diferenças

encontradas podem ter sido devidas ao aumento da percepção de risco das pessoas que residem em Areia. Esses residentes nunca vivenciaram a seca pessoalmente, só podem especular ou imaginar sobre o fato. As descrições dos jornais, geralmente revelam a condição mais grave, que pode contribuir para medos e preocupações que podem não estão totalmente baseados na realidade.

Considerações Finais

Existe a necessidade de pesquisas sobre percepção de risco, prevenção de desastres e estratégias de mitigação no contexto urbano. Tal necessidade encontra-se atrelada ao aumento demográfico, assim como o aumento da população urbana no mundo. O desenvolvimento de estratégias eficazes da administração de risco requer tanto o conhecimento do ambiente físico como dos processos sociais, psicológicos e econômicos que podem afetar as respostas das pessoas às condições ambientais de perigo.

Indiretamente, a análise dos riscos irá identificar as condições de vida, expondo as desigualdades e as vulnerabilidades das populações. Conseqüentemente, as estratégias para a redução dos riscos e dos desastres deverão contribuir para reduzir as vulnerabilidades das pessoas. A construção de ambientes mais seguros também pode ser visto como uma busca pela equidade, porque durante o processo da construção, é preciso analisar as estruturas sociais, econômicas e políticas que poderiam estar contribuindo para o aumento dos riscos e das vulnerabilidades.

Outro fator que merece consideração, é que as decisões sobre as estratégias para a administração dos riscos não podem estar baseadas inteiramente nas avaliações objetivas e nas estatísticas sobre a probabilidade de risco. Talvez uma visão mais diversificada e mais ampla do risco, possa nos ajudar a compreender como as pessoas percebem o perigo e desenvolvem estratégias mais eficazes de prevenção.

Os estudos futuros nessa área devem considerar populações mais amplas, de vários níveis socioeconômicos e educacionais. Com esses dados, será possível relacionar características sócio-demográficas com os níveis de percepção de risco, e os sentidos dado ao perigo. Os estudos devem incluir perguntas sobre o que foi feito realmente, quando o evento aconteceu em termos das ações realizadas pelas pessoas. Não podemos esquecer de que os desastres não ocorrem em um vácuo e, que as ações que são realizadas pelas pessoas são elementos de um sistema cultural, social, político e econômico complexo.

Referências

- Alexander, D. (1997). "The study of natural disasters, 1977-1997: Some reflections on a changing field of knowledge." *Disasters*, 21, 284-304.
- Appley, M. H., & Trumbull, R. (1986). "Dynamics of stress and its control." In M. H. Appley & R. Trumbull (Eds.), *Dynamics of stress: Physiological, psychological, and social perspectives* (pp. 309-327). New York: Plenum.
- Aptekar, L. (1994). *Environmental disasters in global perspective*. Toronto: Maxwell Macmillan Canada.
- Berren, M. R., Santiago, J. M., Beigel, A., & Timmons, S. A. (1989). "A classification scheme for disasters." In R. Gist & B. Lubin (Eds.), *Psychosocial aspects of disaster* (pp. 40-58). New York: John Wiley & Sons.
- Berz, G. (1989). "List of major natural disasters, 1960-1987." *Earthquakes & Volcanoes*, 20, 226-228.
- Bolin, R. (1989). "Natural disasters." In R. Gist & B. Lubin (eds), *Psychological aspects of disaster* (pp. 61-85). New York: John Wiley & Sons.
- Coêlho, A. E. L., Adair, J. G., & Mocellin, J. S. P. (2004). "Psychological responses to drought in Northeastern Brazil." *Interamerican Journal of Psychology*, 38, 95-103.
- Dake, K. (1992). "Myths of nature: Culture and social construction of risk." *Journal of Social Issues*, 48, 21-37.
- Endler, N. S. (1975). "A person-situation interaction model of anxiety." In *Stress and Anxiety* (Volume 1). Edited by C. D. Spielberg, I G. Saranson. Washington DC: Hemisphere.
- Hannigan, J. A., & Kueneman, R. M. (1978). "Anticipating flood emergencies: A case study of a Canadian disaster subculture." In E. L. Quarantelli (Ed.), *Disasters: Theory and research* (pp.130-146). London: Sage Publication Ltd.
- Hastenrath, S. & Heller, L. (1977). "Dynamics of climatic hazards in northeast Brazil." *Quarterly Journal Royal Meteorological Society*, 103, 77-92.
- Hewitt, K. (1997). *Regions of risk: A geographical introduction to disasters*. London: Longman.

Kates, R. W. (1977). "Natural hazard in human ecological perspective: Hypotheses and models." *Economic Geography*, 47, 438-451.

Korver, A. J. H. (1987). "What is a disaster?" *Prehospital and Disaster Medicine*, 2, 152-153.

Kreps, G. A. (1984). "Sociological inquiry and disaster research." *Annual Review of Sociology*, 10, 309-330.

Kroll-Smith, J. S., & Couch, S. R. (1993). "Technological hazards: Social responses as traumatic stressors." In J. P. Wilson & B. Raphael (Eds.), *International handbook of traumatic stress syndromes* (pp. 79-91). New York: Plenum.

Lazarus, R. S. (1966). *Psychological stress and the coping process*. New York: McGraw-Hill.

Lazarus, R. S., & Folkman, S. (1984). *Stress, appraisal and coping*. New York: Springer Publishing Company.

Lewis, H. W. (1990). *Technological risk*. New York: W. W. Norton & Company.

Lindell, M. K., & Perry, R. W. (1990). "Effects of the Chernobyl accident on public perceptions of nuclear power plant accidents." *Risk Analysis*, 10, 393-399.

Meltsner, A. J. (1978). "Public support for seismic safety: Where is it in California?" *Mass emergencies*, 3, 165-184.

Mileti, D., Drabek, T. E., & Haas, J. E. (1975). *Human systems in extreme environments*. Boulder: University of Colorado, Institute of Behavioral Science.

Moore, H. E. (1964). *And the wind blew*. Austin, TX: The Hogg Foundation for Mental Health.

Norris, F. H., & Murrell, S. A. (1988). "Prior experience as a moderator of disaster impact on anxiety symptoms in older adults." *American Journal of Community Psychology*, 16, 665-683.

Perry, R. W., Lindell, M. K., & Greene, M. R. (1982). "Threat perception and public response to volcano hazard." *The Journal of Social Psychology*, 116, 199-204.

Quarantelli, E. L. (1986). "What is a disaster? The need for clarification in definition and conceptualization in research." In B. J. Sowder & M. Lystad (Eds.), *Disaster and mental health: Contemporary perspectives and innovations in services to disaster victims* (pp. 49-81). Rockville, MD: National Institute of Mental Health.

Silva, P. (1993). "Post-traumatic stress disorder: Cross-cultural aspects." *International Review of Psychiatry*, 5, 217-229.

Smith, K. (1992). *Environmental hazards: Assessing risk and reducing disaster*. New York: Routledge.

Spielberg, C. D. (1972). "Anxiety as an emotional state." In C. D. Spielberg (Ed.), *Anxiety: Current trends in theory and research*, vol. 1. New York: Academic Press.


Tierney, K. (1989). "The social and community contexts of disaster." In R. Gist & B. Lubin (Eds.), *Psychosocial aspects of disaster* (pp. 11-39). New York: John Wiley & Sons.

Ursano, R. J., Kao, T., & Fullerton, C. S. (1992). "Posttraumatic stress disorder and meaning: Structuring human chaos." *Journal of Nervous and Mental Disease*, 180, 756-759.

Weisaeth, L. (1993). "Disasters: Psychological and psychiatric aspects." In L. Goldberger & S. Breznitz (Eds.), *Handbook of stress: Theoretical and clinical aspects* (pp. 591-616). New York: Free Press.

World Health Organization (WHO). (1992). *Psychosocial consequences of disasters: Prevention and management*. Division of Mental Health, Geneva.

¹ angelacoelho@ucdb.br

 All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Secretaria Executiva da ULAPSI
Rua Irundiara, 35 - Vila Olímpia - 04535-050
São Paulo - SP - Brasil



publicacion@psicolatina.org